



CÂMARA
MUNICIPAL DE
JUQUITIBA

O Presidente da Câmara Municipal de Juquitiba, Vereador **EDUARDO SILVA NICOLAU DE SOUZA** faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13/2025

Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2025
Vereadores Desta Casa de Leis

DISPÕE SOBRE A REJEIÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUQUITIBA, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022, GESTÃO DO EX-PREFEITO AYRES SCORSATTO, ACOLHENDO O PARECER PRÉVIO DESFAVORÁVEL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a competência exclusiva e soberana da Câmara Municipal para o julgamento das contas anuais prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme disposto no Art. 31 da Constituição Federal e no Art. 62 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o recebimento e a análise do Processo TC-004149.989.22-0, oriundo do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), que contém o Parecer Prévio Desfavorável às contas da Prefeitura Municipal de Juquitiba, relativas ao exercício financeiro de 2022, gestão do ex-Prefeito Ayres Scorsatto;

CONSIDERANDO que foi assegurado o amplo direito ao contraditório e à ampla defesa ao ex-gestor, nos termos do Art. 62, § 4º da LOM e do Art. 296, § 2º do RI e CPC;

CONSIDERANDO a análise técnica e jurídica minudente realizada pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamento desta Casa Legislativa, consubstanciada no Parecer nº 26/2025 exarado em 09 de maio de 2025, que acolheu integralmente as conclusões do TCE-SP e recomendou a rejeição das contas, por unanimidade dos membros da CFO;

CONSIDERANDO que o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e o Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento apontam um conjunto robusto de irregularidades graves que macularam a gestão fiscal, orçamentária, financeira e patrimonial do município no exercício de 2022, destacando-se: a) Falhas estruturais críticas no planejamento governamental (PPA, LDO, LOA) e na previsão de receitas, em violação à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal; b) Atraso contumaz e recorrente no recolhimento de encargos sociais (FGTS/PASEP), gerando prejuízo financeiro direto e



CÂMARA MUNICIPAL DE JUQUITIBA

comprovado ao erário; c) Gestão temerária de parcelamentos previdenciários, com rescisões e necessidade de reparcelamentos; d) Inadimplência no pagamento de Requisitórios de Pequeno Valor (RPVs); e) Contabilização caótica, irreal e deficitária da dívida de precatórios, omitindo passivos e atualizações; f) Desfiguração do orçamento aprovado por excessivo volume de créditos adicionais (21,29%); g) Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) cronicamente insatisfatório (nota "C" pelo quarto ano consecutivo); h) Descumprimento do Art. 45 da LRF referente a obras paralisadas; i) Falta de transparência e descumprimento da Lei de Acesso à Informação; j) Descumprimento reiterado de recomendações expressas do TCE-SP emitidas em exercícios anteriores;

CONSIDERANDO que as referidas irregularidades, pela sua gravidade, natureza, reiteração e impacto sistêmico na administração municipal, configuram vícios insanáveis, que não admitem convalidação e comprometem irremediavelmente a regularidade das contas apresentadas, conforme detalhadamente fundamentado no Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento;

CONSIDERANDO por fim, a deliberação soberana do Plenário desta Câmara Municipal, em sessão realizada nesta data, que decidiu pela maioria pela manutenção dos pareceres emitidos e pela rejeição das contas em referência,

DECRETA:

Art. 1º Ficam **REJEITADAS** as contas da Prefeitura Municipal de Juquitiba, relativas ao exercício financeiro de 2022, sob a responsabilidade do ex-Prefeito, Sr. Ayres Scorsatto, em conformidade com o Parecer Prévio Desfavorável exarado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nos autos do Processo TC-004149.989.22-0 e com o Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento desta Casa Legislativa.

Art. 2º Após a promulgação, cópia autêntica deste Decreto Legislativo, acompanhada de cópia integral do Parecer Prévio do Tribunal de Contas, do Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e demais peças pertinentes, deverão ser encaminhadas:

I - Ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;

II - Ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para as providências legais cabíveis;

III - Ao Ex-Prefeito Municipal, Sr. Ayres Scorsatto.

IV - Ao Tribunal Regional Eleitoral, para providências legais cabíveis;

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA
MUNICIPAL DE
JUQUITIBA

Plenário Padur Abes, 03 de junho de 2025.

Eduardo Silva Nicolau de Souza
EDUARDO SILVA NICOLAU DE SOUZA
Vereador Presidente

